

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno com o enunciado das 60 (sessenta) questões objetivas divididas nas seguintes sessões:

Língua Portuguesa		Noções de Direito e Gestão Pública		Raciocínio Lógico-Quantitativo		Conhecimentos Específicos	
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 20	2	21 a 30	1	31 a 40	1	41 a 60	2

b) Uma (1) Folha de Respostas, destinada às respostas das questões objetivas formuladas nas provas, a ser entregue ao fiscal no final.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem na confirmação de inscrição. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio da Folha de Respostas, preferivelmente à caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul.

04- Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas para não a **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. A folha somente poderá ser substituída caso esteja danificada em suas margens superior ou inferior – **BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

05- Na prova, as questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.

06- Na folha de respostas, as mesmas estão identificadas pelo mesmo número e as alternativas estão identificadas acima da questão de cada bloco de respostas.

07- Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação de nenhuma ou de mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA**.

08- Na **Folha de Respostas**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo **TUDO O ESPAÇO** compreendido pelo retângulo pertinente à alternativa, usando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, procurando deixar menos "espaços em branco" possível dentro do retângulo, sem invadir os limites dos retângulos ao lado.

09- **SERÁ ELIMINADO** do Concurso o candidato que:

a) Se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas, relógios e/ou aparelhos de calcular, bem como rádios gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) Se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões e/ou a Folha de Respostas**.

10- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar sua **Folha de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

11- Quando terminar, entregue ao fiscal o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, e **ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

12- **O TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA É DE 4 (QUATRO) HORAS**.

◆ Língua Portuguesa ◆**HINO NACIONAL BRASILEIRO***Composição:**Poema: Joaquim Osório Duque Estrada**Música: Francisco Manuel da Silva*

**I. Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.**

**Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!**

**Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!**

**Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.**

**Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza,**

**Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!**

**Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!**

**II. Deitado eternamente em berço
esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!**

**Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais
flores,
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".**

**Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!**

**Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
- Paz no futuro e glória no passado.**

**Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.**

**Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!**

**Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!**

Questão 01

A alternativa que contém o verso em que ocorre apenas um substantivo é

- A) “De um povo heróico o brado retumbante”.
- B) “Desafia o nosso peito a própria morte”.
- C) “És belo, és forte, impávido colosso”.
- D) “Verás que um filho teu não foge à luta”.
- E) “Fulguras, ó Brasil, florão da América”.

Questão 02

O segmento inicial do Hino Nacional Brasileiro diz o seguinte: “Ouviram do Ipiranga as margens plácidas// De um povo heróico o brado retumbante”.

Mantendo o sentido original do excerto, *reescrevendo* seus versos a partir do sujeito da oração original e *desfazendo* as inversões nele ocorrentes, o texto resultaria em

- A) As margens plácidas do Ipiranga ouviram o brado retumbante de um povo heróico.
- B) As plácidas margens ouviram do Ipiranga o heróico brado retumbante de um povo.
- C) As margens do Ipiranga, plácidas, ouviram de um povo o retumbante brado heróico.
- D) Do Ipiranga as margens plácidas ouviram O brado retumbante de um povo heróico.
- E) Ouviram as margens plácidas do Ipiranga De um povo o heróico brado retumbante.

Questão 03

Acentua-se exatamente pela mesma regra ocorrente em “glória” a palavra presente na alternativa

- A) céu.
- B) és.
- C) heróico.
- D) própria.
- E) têm.

Questão 04

No fragmento “Do que a terra mais garrida// Teus risonhos, lindos campos têm mais flores”, ocorre uma construção de natureza

- A) causal.
- B) comparativa.
- C) concessiva.
- D) conformativa.
- E) proporcional.

Questão 05

O sentido do verso “És belo, és forte, impávido colosso” não se altera, se o termo “impávido” for substituído por qualquer uma das palavras contidas na alternativa

- A) covarde, medroso.
- B) destemido, ignavo.
- C) intrépido, corajoso.
- D) patriótico, pávido.
- E) tímido, timorato.

Questão 06

O termo “Brasil”, presente no estribilho a seguir reproduzido, desempenha a função sintática de

*Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!*

- A) adjunto.
- B) aposto.
- C) predicativo.
- D) sujeito.
- E) vocativo.

Questão 07

TODOS OS BRASILEIROS DEVERIAM MUDAR
PARA OUTRO PAÍS
TODOS OS BRASILEIROS TÊM ESSA
OPORTUNIDADE ÚNICA DE MUDAR PARA UM
PAÍS MELHOR.
UMA TERRA GRANDE E GENEROSA, COM
SOLO FÉRTIL, ÁGUA EM ABUNDÂNCIA,
RECURSOS NATURAIS PRATICAMENTE
INESGOTÁVEIS.
E, PARA FAZER ESSA MUDANÇA, SÓ
PRECISAMOS DE DUAS COISAS: TRABALHO E
HONESTIDADE.
O PAÍS NÓS JÁ TEMOS.
O BRASIL VAI MUDAR QUANDO O BRASILEIRO
MUDAR.
(Estado de São Paulo, MPM, 1989).

Marque a alternativa em que a frase está inteiramente adequada no que concerne à pontuação

- A) Todos os brasileiros têm essa oportunidade única de mudar para um país melhor.
- B) Todos os brasileiros, têm essa oportunidade única de mudar para um país melhor.
- C) Todos os brasileiros têm, essa oportunidade única de mudar para um país melhor.
- D) Todos os brasileiros têm essa oportunidade, única de mudar para um país melhor.
- E) Todos os brasileiros têm essa oportunidade única de mudar para, um país melhor.

Questão 08

Está adequada ao padrão escrito brasileiro, a redação da seguinte frase:

- A) As certezas da nação proviram das práticas sociais bem e mal-sucedida.
- B) Nunca conviu discutir um novo modelo de comportamento do povo brasileiro.
- C) O texto prevê, ainda que de forma idealizada, o sonho de um País mais justo e feliz.
- D) Se todos os brasileiros poderem sonhar em mudar o País, tudo ficará mais fácil.
- E) Se todas as experiências do passado cabessem na memória, será fácil preparar o futuro.

Questão 09

No trecho “(...) E para fazer essa mudança só precisamos de duas coisas: trabalho e honestidade.”, a preposição “para” introduz a idéia de

- A) causa.
- B) certeza.
- C) concessão.
- D) modo.
- E) finalidade.

Questão 10

Observe a frase: “TODOS OS BRASILEIROS TÊM ESSA OPORTUNIDADE ÚNICA DE MUDAR PARA UM PAÍS MELHOR.”.

Empregando o sujeito da oração no singular, mantendo-se o sentido original da frase e obedecendo à norma padrão da língua portuguesa escrita, o predicado deverá ser

- A) tem essa oportunidade única de mudar o País.
- B) têm essa oportunidade única de mudar o País.
- C) teriam essa oportunidade única de mudarem o País.
- D) tem-se essa oportunidade única de mudar o País.
- E) tivessem essa oportunidade única de mudar o País.

Questão 11**Um Sonho de Simplicidade**

Então, de repente, no meio dessa desarrumação feroz da vida urbana, dá na gente um sonho de simplicidade. Será um sonho vão? Detenho-me um instante, entre duas providências a tomar, para me fazer essa pergunta. Por que fumar tantos cigarros? Eles não me dão prazer algum; apenas me fazem falta. São uma necessidade que inventei. Por que beber uísque, por que procurar a voz de mulher na penumbra ou os amigos no bar para dizer coisas vãs, brilhar um pouco, saber intrigas?

Uma vez, entrando numa loja para comprar uma gravata, tive de repente um ataque de pudor me surpreendendo assim, a escolher um pano colorido para amarrar ao pescoço.

A vida bem poderia ser mais simples. Precisamos de uma casa, comida, uma simples mulher, que mais? Que se possa andar limpo e não ter fome, nem sede, nem frio. Para que beber tanta coisa gelada? Antes eu tomava a água fresca da talha, e a água era boa. E quando precisava de um pouco de evasão, meu trago de cachaça.

Que restaurante ou boate me deu o prazer que tive na choupana daquele velho caboclo do Acre? A gente tinha ido pescar no rio, de noite. Puxamos a rede afundando os pés na lama, na noite escura, e isso era bom. Quando ficamos bem cansados, meio molhados, com frio, subimos a barranca, no meio do mato, e chegamos à choça de um velho seringueiro. Ele acendeu um fogo, esquentamos um pouco junto do fogo, depois me deitei numa grande rede branca — foi um carinho ao longo de todos os músculos cansados. E então ele me deu um pedaço de peixe moqueado e meia caneca de cachaça. Que prazer em comer aquele peixe, que calor bom em tomar aquela cachaça e ficar algum tempo a conversar, entre grilos e votes distantes de animais noturnos.

Seria possível deixar essa eterna inquietação das madrugadas urbanas, inaugurar de repente uma vida de acordar bem cedo? Outro dia vi uma linda mulher, e senti um entusiasmo grande, uma vontade de conhecer mais aquela bela estrangeira: conversamos muito, essa primeira conversa longa em que a gente vai jogando um baralho meio marcado, e anda devagar, como a patrulha que faz um reconhecimento. Mas por que, para que, essa eterna curiosidade, essa fome de outros corpos e outras almas?

Mas para instaurar uma vida mais simples e sábia, então seria preciso ganhar a vida de outro jeito, não assim, nesse comércio de pequenas pilhas de palavras,

esse ofício absurdo e vão de dizer coisas, dizer coisas... Seria preciso fazer algo de sólido e de singelo: tirar areia do rio, cortar lenha, lavrar a terra, algo de útil e concreto, que me fatigasse o corpo. mas deixasse a alma sossegada e limpa.

Todo mundo, com certeza, tem de repente um sonho assim. E apenas um instante. O telefone toca. Um momento! Tiramos um lápis do bolso para tomar nota de um nome, um número... Para que tomar nota? Não precisamos tomar nota de nada, precisamos apenas viver — sem nome, nem número, fortes, doces, distraídos, bons, como os bois, as mangueiras e o ribeirão.

(BRAGA, Rubem. 200 crônicas escolhidas. RJ: Record, 1983. p. 262-3)

Segundo o texto, o ponto de vista do narrador para que se tenha uma vida mais simples e sábia se baseia

- A) na manutenção dos hábitos adquiridos durante uma vida toda de trabalho.
- B) na depuração dos gostos que, reconhecidamente, sejam demasiadamente refinados.
- C) no aprimoramento do espírito por meio de reflexões sistemáticas e ordenadas.
- D) no cumprimento das necessidades rotineiras criadas ainda que inconscientemente.
- E) numa relação direta e vital do homem com os demais elementos da natureza.

Questão 12

Leiam-se as seguintes afirmativas:

- I. O cronista condiciona a realidade de uma vida mais simples ao fato de se viver sem precisar produzir nada, realizar nada, somente devanear.
- II. O cronista afirma que o sonho de simplicidade por ele proposto é próprio apenas dos literatos que se distanciam das práticas do mundo.
- III. O cronista utiliza elementos como cigarros, gravatas e telefones para melhor exemplificar a oposição entre mundo real e sonho de simplicidade.

Está coerente com a mensagem do texto SOMENTE o que se afirma em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.
- E) II e III.

Questão 13

A grafia de TODAS as palavras está correta na frase apresentada na alternativa

- A) A proposta do texto soa estravagante para quem não apreçar uma vida simples e natural.
- B) A sugeição a velhas manias impede que se possa adotar comportamentos inovadores.
- C) A vida displiscente do homem moderno impõe um rítimo insano à rotina urbana.
- D) A vida mais próxima da Natureza resgata a simplicidade, que empecilhos de toda ordem nos impedem de desfrutar.
- E) A vida natural exclue, é obvio, os desvalores que encluimos no nosso dia-a-dia.

Questão 14

Assinale a alternativa em que se observa a norma-padrão de concordância quer nominal quer verbal:

- A) A ambições por que se sonha nasce de necessidades comprovadamente real.
- B) Ao se perseguirem os objetivos essenciais, as mentes se fortalecem e aprimoram.
- C) Em verdade, cultua-se muito pouco os ideais de uma vida simples e naturais.
- D) Os desejos e os compromissos vãos é de grande importâncias para o indivíduo.
- E) Quando houverem coisas importantes, saberemos reconhecê-las adequadamente.

Questão 15

Está correto o emprego da expressão destacada entre parênteses, ao final da frase

- A) Tirar areia do rio e cortar lenha são atividades a que o cronista se entregaria com amor. (a que)
- B) Ele julga ridícula a tira de pano colorido do qual se pretende ficar elegante. (do qual)
- C) A pessoa cujo o nome anotamos, significará de fato algo para nós? (cujo o)
- D) Com que providências haveremos de tomar, para mudar nossa vida? (Com que)
- E) O ribeirão e o boi, aos quais o cronista deseja pactuar, são exemplos de simplicidade (aos quais)

Questão 16

No fragmento “Ele acendeu um fogo, esquentamos um pouco junto do fogo, depois me deitei numa grande rede branca — foi um carinho ao longo de todos os músculos cansados.”, o travessão está empregado para

- A) atribuir novo sentido à palavra já mencionada no texto.
- B) realçar uma conclusão que sintetiza o que se vinha dizendo.
- C) indicar, nos diálogos, a mudança de interlocutor.
- D) ligar termos encadeados em sintagmas nominais.
- E) neutralizar o sentido expresso na parte final de um enunciado.

Questão 17

No fragmento retirado do texto de Rubem Braga “sem nome, nem número, fortes, doces, distraídos, bons, como os bois, as mangueiras e o ribeirão.”, o emprego da vírgula se justifica por

- A) isolar adjunto adverbial quando antecipado na frase.
- B) destacar termos com função sintática diversa.
- C) enfatizar palavras repetidas ainda que necessárias .
- D) destacar as funções de vocativo e de aposto.
- E) separar termos que exercem a mesma função sintática.

Questão 18

A alternativa que contém uma palavra formada exatamente pelo mesmo processo pelo qual se obteve “seringueiro” é

- A) cigarros.
- B) desarrumação.
- C) penumbra.
- D) reconhecimento.
- E) simplicidade.

Questão 19

Em “Antes eu tomava a água fresca da talha, e a água era boa”, os termos “antes” e “talha” apresentam, respectivamente, um

- A) dígrafo consonantal e um dígrafo vocálico.
- B) dígrafo vocálico e um encontro vocálico.
- C) encontro consonantal e um encontro consonantal.
- D) encontro consonantal e um encontro vocálico
- E) encontro vocálico e um dígrafo consonantal.

Questão 20

Em “ficamos meio molhados” e em “subimos a barranca no meio do mato”, o termo “meio”, em cada um dos fragmentos, expressa, respectivamente,

- A) causa e lugar.
- B) lugar e modo.
- C) modo e causa.
- D) modo e lugar.
- E) modo e consequência.

◆ Noções de Direito e Gestão Pública ◆**Questão 21**

Leia atentamente o enunciado abaixo para responder as questões 21,22 e 23

O Presidente da República, através de Decreto, cria nova Autarquia, para atuar na regulação de medidas econômicas, em conjunto com as Agências Reguladoras, criando 300 vagas de empregados públicos, determinando que o seu pessoal seja contratado, com concurso público, e regido de acordo com as normas da Consolidação das Leis do Trabalho. Estabelece por fim regime especial para a aquisição de bens e serviços, sendo dispensável a realização de procedimento licitatório.

Com relação à criação da autarquia é correto afirmar que sua criação:

- A) é cabível, desde que previamente autorizado pelo Congresso Nacional.
- B) é cabível, por se incluir nas competências do Presidente da República.
- C) não é cabível, pois esta depende de lei específica, nos termos da Constituição Federal.
- D) não é cabível, por se tratar de competência exclusiva do Poder Legislativo a sua propositura.
- E) deveria ter sido feita através de Decreto Legislativo.

Questão 22

De acordo com o enunciado anterior, com relação ao pessoal da autarquia pode-se afirmar que é irregular, pois

- A) o regime jurídico único encontra-se mantido na Constituição por força de decisão liminar do Supremo Tribunal Federal.
- B) foi estabelecido por Decreto.
- C) não cabe falar em empregados públicos no âmbito das autarquias.
- D) deveria ter sido aprovada previamente, pelo Congresso Nacional.
- E) é incompatível o sistema de concurso público com o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Questão 23

Em relação ao enunciado da questão 21, é correto falar que a modalidade de compra de bens e aquisições de serviços pela nova autarquia é irregular, uma vez que a realização de licitação

- A) deveria ter sido estabelecido por Lei.
- B) dependeria de prévia edição de Decreto Legislativo.
- C) dependeria de prévia anuência do Tribunal de Contas da União.
- D) é determinada pela Constituição Federal.
- E) deveria ser estabelecida por Decreto.

Questão 24

Analise as afirmativas com relação aos direitos e garantias individuais:

- I. A sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil será regulada pela lei da nacionalidade do falecido
- II. A lei poderá estabelecer tribunal de exceção
- III. A lei penal poderá retroagir para beneficiar o réu
- IV. A prática de racismo constitui crime afiançável
- V. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano moral

Estão corretos apenas os itens:

- A) I e III
- B) II e IV
- C) III e V
- D) II e V
- E) I e IV

Questão 25

Observe as alternativas em relação ao crime:

- I. A lei excepcional ou temporária, decorrido o período de sua duração e suas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- II. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, desde que simultâneo com o resultado
- III. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

- IV. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- V. Aplica-se a lei estrangeira, se a vítima for estrangeira, ao crime cometido no território nacional.

Estão corretos apenas as afirmativas:

- A) III e IV
- B) II e III
- C) I e II
- D) I e V
- E) II e IV

Questão 26

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, NÃO representa instrumento de transparência da gestão fiscal:

- A) Prestação de Contas.
- B) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- C) Orçamento Público.
- D) Código Tributário Nacional.
- E) Relatório de Gestão Fiscal.

Questão 27

Na Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) Não é permitido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, nem o direito a greve, sob pena de cometer falta grave.
- B) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- C) É dispensado dispositivo legal para os casos de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.
- D) O prazo de validade do concurso público é de dois anos podendo ser prorrogável por mais duas vezes, por igual período, a critério da administração.
- E) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Questão 28

Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação dos recursos públicos por entidades de direito privado, constitui uma finalidade do:

- A) Plano de Investimentos.
- B) Orçamento Público.
- C) Relatório de Metas Fiscais.
- D) Plano de Licitações Públicas.
- E) Sistema de Controle Interno.

Questão 29

Dentre os instrumentos de planejamento governamental, aquele que contera reserva de contingência para atendimento de riscos e eventos fiscais imprevistos, é:

- A) O Plano Plurianual.
- B) A Lei Orçamentária Anual.
- C) O Plano Primário.
- D) A Lei de Compensações Orçamentárias.
- E) Lei de Diretrizes Financeiras.

Questão 30

Aos servidores públicos, considerando-se as normas constitucionais vigentes, é correto afirmar que:

- A) Podem ser aposentados voluntariamente, desde que cumprido o tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no serviço público e de dois anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- B) Havendo compatibilidade de horários, é permitida a acumulação remunerada de três cargos públicos de natureza técnica ou científica.
- C) Não é permitido o exercício de mandato eletivo estadual ou distrital, ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional.
- D) Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.
- E) Serão aposentados por invalidez permanente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, no caso de acidente em serviço, na forma da lei.

♦ Raciocínio Lógico-Quantitativo ♦**Questão 31**

Um levantamento entre leitores revelou que: 37% lêem a revista *X*, 42% lêem a revista *Y* e 18% lêem as duas revistas, *X* e *Y*. A porcentagem dos leitores entrevistados que não lêem a revista *X* nem a revista *Y* é:

- A) 39%
- B) 40%
- C) 41%
- D) 42%
- E) 43%

Questão 32

Em sua viagem, João percorreu $\frac{1}{3}$ do percurso total até a sua primeira parada. Depois, percorreu $\frac{1}{4}$ do que restava, até realizar sua segunda e última parada. Na etapa final, ele percorreu 96 km. O percurso total, em quilômetros, vale:

- A) 120
- B) 128
- C) 144
- D) 168
- E) 192

Questão 33

Pedro distribuiu 5 balas para cada amigo que o acompanhava e, assim, sobraram 17 balas. Se ele quisesse distribuir 8 balas para cada um dos amigos, então faltariam 16 balas. Pedro tinha um total de balas igual a:

- A) 70
- B) 71
- C) 72
- D) 73
- E) 74

Questão 34

O número mínimo de pessoas que deverá ter num grupo para que se possa garantir que neste grupo haja pelo menos 6 pessoas nascidas no mesmo mês é:

- A) 60
- B) 61
- C) 71
- D) 72
- E) 73

Questão 35

Em um polígono regular de n lados, de vértices P_1, P_2, \dots, P_n , inscrito em uma circunferência, observa-se que o vértice P_{15} é diametralmente oposto ao vértice P_{46} . O valor de n é:

- A) 60
- B) 62
- C) 64
- D) 66
- E) 68

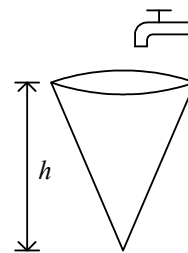
Questão 36

Um automóvel percorre a primeira metade de um percurso desenvolvendo uma velocidade média de 40 km/h e, a segunda metade, desenvolvendo uma velocidade média de 60 km/h. A velocidade média, em km/h, do percurso total é:

- A) 42
- B) 44
- C) 46
- D) 48
- E) 50

Questão 37

Na figura abaixo temos um reservatório cônico sendo abastecido por uma torneira. Se o reservatório, quando completamente vazio, leva 4 horas e 16 minutos para ficar completamente cheio, então o tempo necessário para enchê-lo até a metade de sua altura é:



- A) 2 horas
- B) 2 horas e 8 minutos
- C) 28 minutos
- D) 30 minutos
- E) 32 minutos

Questão 38

A afirmação “se a onça é pintada e o urso é pardo, então o macaco é preto” é logicamente equivalente a:

- A) Se o macaco é preto, então a onça não é pintada e ou o urso não é pardo.
- B) Se o macaco não é preto, então a onça não é pintada e o urso não é pardo.
- C) Se o macaco não é preto, então a onça não é pintada ou o urso não é pardo.
- D) Se o macaco não é preto, então a onça é pintada ou o urso não é pardo.
- E) Se o macaco não é preto, então a onça não é pintada ou o urso é pardo.

Questão 39

Um conhecido problema afirma que o produto das idades de três irmãos é 36 e a soma das idades é um valor que possibilita mais de uma solução para a determinação das idades deles. Essa soma é:

- A) 9
- B) 12
- C) 13
- D) 15
- E) 16

Questão 40

Na multiplicação

“ $736287543 \times 7490632 = 55152590 * 0797176$ ”,

está faltando o algarismo do produto representado pelo asterisco (*). O algarismo que falta é:

- A) 1
- B) 3
- C) 5
- D) 7
- E) 9

♦ Conhecimentos Específicos ♦**Questão 41**

O título II da Constituição da República Federativa do Brasil nos descreve os Direitos e Garantias Fundamentais. Em relação a estes, julgue os itens abaixo a luz do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil:

I - Todos podem se reunir pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, não sendo, entretanto, exigido o prévio aviso à autoridade competente;

II - No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

III - Nenhum brasileiro será extraditado.

IV - Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

V - O preso será informado de seus direitos, mas não poderá contudo, permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

Está(ão) correta(s):

- A) II, apenas.
- B) I, II, III, IV e V.
- C) II e III, apenas.
- D) V, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

Questão 42

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 trouxe para o nosso ordenamento jurídico, dentre outros direitos, ações e garantias, os denominados "Remédios Constitucionais", como hábeas corpus, hábeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, dentre outros. Em relação a esses remédios constitucionais referidos acima, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

- B) O mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional e organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- C) Conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- D) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- E) Conceder-se-á "habeas-data" para assegurar o conhecimento de informações relativas a qualquer pessoa independente da pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

Questão 43

O artigo 93 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê que Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, contudo, será observado o seguinte:

- A) Ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.
- B) Promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antigüidade e merecimento, sendo obrigatória a promoção do juiz que figure por cinco vezes consecutivas ou três alternadas em lista de merecimento;
- C) A promoção por merecimento pressupõe três anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;
- D) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, sempre nesta ordem, apurados na última ou única entrância;
- E) Será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo

devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão;

Questão 44

Conforme o artigo 170 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- A) soberania nacional; dignidade da pessoa humana; função social da propriedade.
- B) defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; redução das desigualdades regionais e sociais.
- C) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País; o pluralismo político.
- D) defesa do consumidor; propriedade privada; a cidadania.
- E) livre concorrência; busca do pleno emprego; a dignidade da pessoa humana.

Questão 45

A existência da pessoa natural termina com a morte. Presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva. Assim, pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência quando

- A) mesmo que improvável a morte ou se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.
- B) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida ou se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.
- C) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida ou se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até três anos após o término da guerra.
- D) se for extremamente provável a morte de alguém mesmo que não estivesse em perigo de vida ou se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.
- E) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida ou se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, for encontrado até dois anos após o término da guerra.

Questão 46

O Código Civil de 2002, em seu título II, trata das pessoas jurídicas que podem ser de direito público, interno ou externo, e de direito privado. Neste sentido, são pessoas jurídicas de direito público interno:

- A) As associações, as fundações, os Municípios.
- B) As sociedades, a União, as autarquias, inclusive as associações públicas.
- C) As organizações religiosas, os partidos políticos, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios.
- D) As demais entidades de caráter público criadas por lei, os partidos políticos, as associações.
- E) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, as autarquias, inclusive as associações públicas.

Questão 47

Quanto aos negócios jurídicos, eles são anuláveis, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio. Assim, o erro é substancial quando

- A) não interessar à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais.
- B) concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, mesmo que não tenha influído nela de modo relevante.
- C) sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, independente de ser o motivo único ou principal do negócio jurídico.
- D) sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.
- E) não concernir à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nela de modo relevante.

Questão 48

Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, que se extingue pela prescrição nos prazos estabelecidos no Código Civil de 2002 em seus artigos 205 e 206. Com relação aos prazos prescricionais, é correto afirmar que:

- A) A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.

- B) Prescreve em um ano a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- C) Em dois anos, pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.
- D) Em três anos, a pretensão contra os peritos, pela avaliação dos bens que entraram para a formação do capital de sociedade anônima, contado da publicação da ata da assembléia que aprovar o laudo.
- E) Em um ano, a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.

Questão 49

Ocorre violação de sigilo funcional quando houver a revelação, de fato, de que se tem ciência em razão do cargo e que devesse permanecer em segredo ou facilitar-lhe a revelação. A pena é de detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave. Contudo, nas mesmas penas deste artigo incorre quem

- A) permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública.
- B) se utiliza, indevidamente, de qualquer acesso do sistema, seja esse restrito ou não.
- C) devassar o sigilo de proposta de concorrência pública ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo.
- D) entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso.
- E) se o fato ocorre em lugar compreendido na faixa de fronteira.

Questão 50

O peculato é um tipo penal previsto no artigo 312 do Código Penal e consiste em apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio. Com relação ao crime de peculato, é correto afirmar que:

- A) Aplica-se a pena diversa, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.
- B) Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem, pratica o crime de Peculato mediante erro de outrem.
- C) Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem constitui crime de peculato na modalidade culposa.
- D) No caso de peculato mediante erro de outrem, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz à metade a pena imposta.
- E) Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Questão 51

O artigo 327 do Código Penal exemplifica que se considera funcionário público para efeitos penais:

- A) Somente quem exerce cargo, emprego ou função pública remunerada.
- B) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
- C) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, mas não o é quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.
- D) Somente quem, sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

Questão 52

O Exercício arbitrário ou abuso de poder previsto no Artigo 350 do Código Penal consiste em ordenar ou executar medida privativa de liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder. Na mesma pena incorre o funcionário que

- A) legalmente, recebe e recolhe alguém à prisão ou a estabelecimento destinado a execução de pena privativa de liberdade ou de medida de segurança.
- B) prolonga a execução de pena ou de medida de segurança, expedindo-a em tempo oportuno ou executa imediatamente a ordem de liberdade.
- C) submete pessoa que está sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.
- D) não efetua, com abuso de poder, qualquer diligência.
- E) promove ou facilita a fuga de pessoa legalmente presa ou submetida a medida de segurança detentiva.

Questão 53

A Lei 8666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Assim, é vedado aos agentes públicos

- A) admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.
- B) não estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.
- C) em igualdade de condições, como critério de desempate, assegurar a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional.
- D) em igualdade de condições, como critério de desempate, assegurar a preferência, sucessivamente aos bens e serviços produzidos no País.
- E) fazer que a licitação não seja sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

Questão 54

Tratando-se da Lei Federal 8.666/93 e suas atualizações, esta nos traz algumas definições previstas no artigo 6º. Assim, para os fins desta Lei, considera-se:

- A) Serviço - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.
- B) Execução direta - toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como: demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.
- C) Alienação - toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.
- D) Obras, serviços e compras de grande vulto - aquelas cujo valor estimado seja superior a 25 (vinte e cinco) vezes o limite estabelecido na alínea "c" do inciso I do art. 23 desta Lei.
- E) Execução indireta - a que é feita pelos órgãos e entidades da Administração, pelos próprios meios.

Questão 55

Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida pela lei 10.520 / 02. Dessa forma, consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras EXCETUANDO-SE:

- A) A convocação dos interessados por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local e, facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º.
- B) No dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado ou seu representante identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.
- C) Aberta sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das

propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

- D) No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- E) A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.

Questão 56

A lei 14.167/02 Dispõe sobre a adoção, no âmbito do Estado de Minas Gerais, do pregão como modalidade de licitação para a aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências. O Art. 9º preconiza que, na fase externa do pregão que se iniciará com a convocação dos interessados, será observado o seguinte:

- A) A convocação dos interessados não será efetuada por meio de publicação de aviso no órgão oficial dos Poderes do Estado e, conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, facultado seu processamento, também, por meio eletrônico, nos termos do regulamento de que trata o artigo 4º.
- B) O aviso a que se refere o inciso II conterà a definição do objeto da licitação, a indicação do local e dos dias e horários para Leitura ou obtenção do edital completo e para o recebimento de propostas.
- C) O edital conterà a especificação dos elementos definidos na forma do inciso I do artigo 7º, as normas que disciplinam o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso.
- D) O prazo fixado para a apresentação das propostas, a ser contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a sete dias úteis.
- E) No dia, na hora e no local designados, será realizada sessão que não deve ser pública para recebimento das propostas, devendo o interessado ou seu representante identificar-se e, se for o caso, comprovar poderes para a formulação de propostas e para a prática dos atos relativos ao certame.

Questão 57

De acordo com o artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos seguintes princípios explícitos:

- A) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- B) Prevalência dos direitos humanos, não-intervenção, igualdade entre os Estados.
- C) Impessoalidade, legalidade, não-intervenção, igualdade entre os Estados.
- D) Prevalência dos direitos humanos, moralidade, publicidade e eficiência.
- E) Legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade entre os Estados.

Questão 58

De acordo com a lei 8666/93, há previsão de dispensa da licitação em alguns casos específicos. Conforme o artigo 24 desta lei é dispensável a licitação

- A) para obras e serviços de engenharia de valor até 20% (vinte por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram às parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.
- B) para outros serviços e compras de valor até 15% (quinze por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram as parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.
- C) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- D) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- E) quando acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

Questão 59

A lei 869 de 05/07/1952 prevê em seu artigo 216 que são deveres do servidor público

- A) assiduidade; zelar pela economia e conservação do material que lhe for confiado; atender prontamente às requisições para a defesa da Fazenda Pública.
- B) pontualidade; promover manifestações de apreço ou desapeço e fazer circular ou subscrever lista de donativos no recinto da repartição; lealdade às instituições constitucionais e administrativas a que servir.
- C) obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; coagir ou aliciar subordinados com objetivos de natureza partidária; levar ao conhecimento da autoridade superior irregularidade de que tiver ciência em razão do cargo.
- D) atender prontamente à expedição das certidões requeridas para a defesa de direito, exercer comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista, quotista ou mandatário.
- E) receber propinas, comissões, presentes e vantagens de qualquer espécie em razão das atribuições.

Questão 60

O regime jurídico do servidor público civil da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Estado de Minas Gerais, de qualquer dos seus Poderes, é único, tem natureza de direito público e rege-se pela lei nº 10.254 de 20/07/1990. Sobre este é correto afirmar que:

- A) A atividade administrativa transitória é exercida na administração direta, nas autarquias e nas fundações públicas do Estado, de qualquer dos seus Poderes, por servidor ocupante de cargo público, em caráter efetivo ou em comissão, ou de função pública.
- B) A investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, mesmo as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- C) O servidor da administração direta, autarquia ou fundação pública cujo ingresso no emprego regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - tenha ocorrido em virtude de aprovação em concurso público terá transformada em cargo público a função da qual se tornou detentor em decorrência do disposto no art. 4º desta Lei.
- D) O Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, no prazo de 30 (trinta) dias contados da vigência desta Lei, projeto de lei complementar contendo o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Minas Gerais.
- E) Na esfera do Poder Executivo, a orientação normativa e a supervisão geral das atividades decorrentes da aplicação desta Lei competirão à Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração, sem que seja necessário ouvir a Procuradoria-Geral do Estado, quanto às questões de natureza jurídica.